

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2011

Aos quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, a fim de se realizar a primeira Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente, a Directora de Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier, que secretariou a Reunião; a Chefe da Divisão Administrativa, Luísa Maria Parreira Barata; a Chefe da Divisão Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro e o Assistente Técnico, Jorge Manuel Ricardo Moreira.

Eram dezassete horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

PONTO 1- TERRA FRIA CARNES, LDA. – RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2010

Em cumprimento do estabelecido no n.º 1 e alínea a) do n.º 2, do artigo 39.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, pelo Sr. Vice-Presidente, foi presente o Relatório relativo ao exercício de 2010 da Sociedade, Terra Fria Carnes, Lda., documento, previamente distribuído aos Srs. Vereadores.

“Em 30 de Dezembro de 2010 procedeu-se à escritura de unificação das quotas e também, nos termos legais, à alteração da designação da sociedade por quotas “Terra Fria Carnes, Lda.”, para sociedade comercial por quotas “Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda.”, devido ao facto de a Câmara Municipal de Bragança ser o único sócio.

Da análise do relatório e contas da empresa Terra Fria Carnes – Unipessoal, Lda., referente ao exercício de 2010, salienta-se o seguinte:

Relativamente ao pessoal registou-se uma manutenção do número de trabalhadores (9).

Relativamente aos Gastos os mesmos mantiveram-se globalmente sem uma variação significativa, originando uma diminuição percentual de 2% representando em valor -7.699,13€. Esta variação resulta do somatório das variações das seguintes rubricas, os gastos com o pessoal aumentaram 8% em

consequência do fim da longa baixa de um trabalhador no ano de 2009, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas sofreram um incremento de 58% gerado pelo aumento significativo do preço das peles, os fornecimentos e serviços externos diminuíram 18% resultando esta variação de um esforço continuado de incutir rigor nos gastos e combater os desperdícios, os gastos, reversões de depreciação e de amortização diminuíram 52% devido ao facto de ter terminado a amortização de parte dos equipamentos da unidade de abate.

Ao nível dos Rendimentos, verificou-se um crescimento no valor de 20.923,54€ correspondendo a 10%. A variação resulta basicamente de um aumento do valor das vendas e serviços prestados em 16.103,37€ significando um acréscimo de 9%.

A empresa apresentou no exercício de 2010 um Resultado Líquido do Período de -101.123,01€ o que significa que o prejuízo diminuiu 27.292,41€ em relação ao ano anterior, facto que face à actual conjuntura merece ser realçado.

No que se refere à actividade da empresa, concretamente no serviço de abates regista-se no total do ano de 2010, uma diminuição de 28 toneladas.

Ao nível do serviço de abates de bovinos verificou-se uma descida acentuada nos 2.º e 3.º trimestres contrariando a tendência de crescimento registado nos 1.º e 4.º trimestres. Tal facto deveu-se à saída de clientes do concelho de Macedo de Cavaleiros que preferiram o abate em outra empresa que praticava preços completamente inviáveis. De salientar a este nível que a situação se alterou radicalmente no corrente mês de Março de 2011, com um aumento muito significativo do serviço de abates de bovinos, devido à presença de um elevado número de clientes de concelhos vizinhos. Existe também o compromisso da Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa para proceder ao abate de bovinos de raça Mirandesa do concelho na nossa empresa, logo que entre em funcionamento a Unidade Industrial de Vimioso, o que acontecerá muito em breve.

Ao nível do abate de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) registou-se no ano de 2010 um ligeiro acréscimo em relação ao ano anterior (+0,84%).

Quanto ao abate de suínos verificou-se uma redução significativa (-39,49%) com maior expressão nos 2.º, 3.º e 4.º trimestres do ano.

Apesar do serviço de abate ter diminuído ligeiramente no ano de 2010, o resultado da empresa foi melhor do que no ano anterior, demonstrando ter havido rigor nas despesas e empenho dos trabalhadores. Face à evolução mais recente, ocorrida no ano de 2011 perspectiva-se um crescimento significativo do serviço de abates independentemente da evolução organizativa que a empresa venha a sofrer como é desejo do Executivo.

O bom estado das instalações, do equipamento, a localização geográfica privilegiada e a melhoria das acessibilidades rodoviárias acrescentam valor à empresa, Terra Fria Carnes – Unipessoal, Lda.”

Após a apresentação pelo Sr. Vice Presidente, o Sr. Presidente colocou o assunto à votação, tendo os Srs. Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina e José Leonel Branco Afonso, apresentado a seguinte declaração de voto:

“Tal como temos referido em vários momentos, a situação empresarial da Terra Fria Carnes passa por um processo de adequação às exigências de mercado e de compatibilização com as regras de comercialização dos produtos, num contexto de concorrência cada vez mais competitivo, caracterizado por elevados padrões de eficácia e de eficiência de funcionamento empresarial.

Consideramos essencial desenvolver uma política comercial consistente de sustentabilidade empresarial, que suscita forte questionamento de compatibilidade com a função autárquica.

Revela-se indispensável procurar soluções alternativas, envolvendo os criadores de gado e suas Associações, que conduzam á alienação da empresa.

Abastemo-nos.”

Intervenção do Sr. Presidente

“A Direcção da empresa, apoiada pelos trabalhadores, tem conseguido com elevado empenho, assegurando regularidade de actividades num sector complexo e em dificuldades, sujeita a forte concorrência e actuando de forma limitada na prestação de serviços, situação que devera evoluir no sentido de intervir em toda a fileira.

A empresa tem condições para continuar a garantir objectivos de fomento da pecuária e aumento de rendimentos dos agricultores.

À Direcção e trabalhadores da empresa o agradecimento pelo trabalho desenvolvido.”

Após análise e discussão, foi deliberado com cinco votos a favor dos Srs. Presidente e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e duas abstenções dos Srs. Vereadores Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina e José Leonel Branco Afonso, aprovar o Relatório relativo ao exercício de 2010 da Sociedade, Terra Fria Carnes, Lda., conforme proposta do Sr. Vice-Presidente.

PONTO 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2010; E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Pelo Sr. Presidente foram apresentados os aspectos mais relevantes da prestação de contas:

“Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes para aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2010, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos os Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do POCAL), e os mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do POCAL) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2010 apresenta um activo líquido no valor de 199.244.093,28€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 30.144.336,90€ e proveitos no montante de 31.653.585,55€, originando um resultado líquido do exercício positivo de 1.509.248,65€.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2010, os seguintes valores:

Um total de recebimentos no valor de 37.931.179,97€, que compreendem 1.480.837,04€ do saldo da gerência anterior, 34.874.124,07€ de receita orçamental (receitas correntes no montante de 23.927.105,94€, receitas de capital no montante de 10.890.890,99€ e o valor de 56.127,14€ relativo a outras receitas) e 1.576.218,86€ de operações de tesouraria.

Foram efectuados pagamentos no valor total de 36.418.773,71€, correspondendo 34.841.576,98€ a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 21.295.770,40€ e 13.545.806,58€ de despesas de capital), e 1.577.196,73€ relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 1.512.406,26€ a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 73.558,82€ referente à execução orçamental e 1.438.847,44€ referente a operações de tesouraria.

O resultado líquido do exercício atingiu o valor de 1.509.248,65€. Assim, propõe-se que a aplicação do mesmo seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 75.462,43€ e o restante no valor de 1.433.786,22€ para reforço do Património.

Os documentos de prestação de contas da autarquia, relativas ao ano de 2010 e que serão remetidas ao Tribunal de Contas para aprovação, foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e actividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas, documento acompanhado pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receitas arrecadadas pela Autarquia

(34.874.124,07€), constatamos ter obtido uma execução de 83,19% relativamente às dotações corrigidas, e o orçamento da despesa uma execução de 83,29%, em ambos os orçamentos, o que traduz um crescimento relativamente ao ano anterior de cerca de 1,5%, sendo o terceiro maior orçamento dos últimos 10 anos. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%. As taxas de execução dos municípios do País, no ano de 2008, variaram entre o mínimo de 35,0% (município da Guarda) e o máximo de 100,5% (município de Sobral de Monte Agraço).

O Princípio de Equilíbrio Orçamental assegurado em sede de elaboração do orçamento que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido, comprovando-se que ao nível do saldo corrente se verifica que a receita corrente permitiu libertar poupança corrente para investimento; que o saldo orçamental foi positivo e que o saldo efectivo foi positivo, ou seja, foi positiva a diferença entre as receitas operacionais e as despesas operacionais mais encargos financeiros.

O orçamento da receita foi inferior ao do ano anterior em 4.022.270,00€, sendo que o grupo de receitas que contribuiu para esta diminuição foram as transferências de capital (diminuição de 5.140.934,39€), uma vez que o ano de 2009 foi excepcional na captação de fundos comunitários ao encerrar o último QCA (8.588.945,00€), verbas que outras entidades promotoras não conseguiram utilizar, enquanto no corrente ano os apoios comunitários ascenderam a 3.209.715,00€.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõem-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 42,99%; Apoios Comunitários e outros 13,30%; empréstimos 1,96% e Receitas Próprias 41,75%. Da análise da estrutura da receita para a globalidade das autarquias do País, realça-se que as transferências recebidas (correntes e de capital) são, para os municípios de pequena dimensão, de 63,60%, para os de grande dimensão, de 24,10% e, para os de média dimensão, de 39,70% das receitas totais.

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma: A despesa corrente que representa 61,12% (dentro desta a despesa de pessoal representa 19,98% - a média nacional dos municípios é de 28,50%, com um valor mínimo de 8,7% e um máximo de 58,40% - e a aquisição de bens e serviços 35,67%); A despesa de capital que representa 38,88% (sendo 27,66% para aquisição de bens e serviços e 5,83% para transferências de capital). Neste âmbito, deve destacar-se que o aumento da despesa corrente em 2.129.545,16€, se deve essencialmente à recuperação de prazos de pagamento na aquisição de bens e serviços, o que se reflecte positivamente na diminuição da dívida total do município (menos 2.683.299,05€). Ao nível da aquisição de bens de capital e das transferências de capital ocorre uma diminuição, pelas razões já expostas.

De referir ainda que os limites gerais impostos às despesas com pessoal foram respeitados, ficando o município muito abaixo dos limites impostos respectivamente em 34,33% para pessoal do mapa e em 12,33% para pessoal em qualquer outra situação. De destacar ainda que no âmbito das fontes de financiamento da aquisição de bens de investimento, o financiamento municipal representa 52,43%; o financiamento com apoios comunitários 38,55% e o recurso a empréstimos 9,02%. A despesa global desceu 10,24% relativamente ao ano de 2009, sendo que ao nível da Administração Autárquica, a Assembleia Municipal duplicou a despesa, enquanto ao nível da Câmara Municipal e operações financeiras se verificou uma descida.

Quanto ao endividamento municipal regista-se uma diminuição no cômputo geral da dívida de 15,02%, tendo diminuído a dívida de curto prazo (excluída a conta credores de cauções) em 2.080.582,07€ e a dívida de médio e longo prazo de 626.056,35€. Estamos assim perante uma nova descida da dívida global, o que comparado com a dívida actualizada de 31 de Dezembro de 1997, representa um valor de redução de 35,57%, que em 1997 a dívida sobre o orçamento da receita representava 105% e em 2010 representa 37,78%.

Em igual período o agravamento da dívida pública do País, foi de 32,9 pontos percentuais. Assim, os limites de endividamento do município, face aos limites legais de endividamento, impostos pela Lei das Finanças Locais são os

seguintes: dívida a médio e longo prazo 35,09% do limite legal; endividamento líquido 23,20% do limite legal.

Da informação da Direcção Geral das Autarquias Locais, relativa ao rateio de endividamento de médio e longo prazo nos termos do n.º 2 do art.º 53.º do Orçamento do estado para 2011, para efeitos de contracção de novos empréstimos, retira-se que dos 308 municípios, só 19 poderão aceder a valor superior ao de Bragança, e que 61 estão impedidos de aceder a qualquer financiamento.

Quanto á situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2009, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o activo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do activo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.244.093,00€, tendo ocorrido um acréscimo de 14% (23.741.463,00€); quanto ao passivo, com o valor de 79.420.651,00€, com um crescimento de 32% (19.334.944,00€), refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: fornecedores de imobilizado (43%); fornecedores (15%); empréstimos obtidos 8%; a rubrica de provisões aumentou (19%); A rubrica de acréscimos e diferimentos passivos regista um aumento líquido de 20,46 milhões de euros resultado dos subsídios para investimento e representa 68% (54.395.336 milhões de euros) do passivo total; os fundos próprios no valor de 119.823.442,66€, tiveram um acréscimo de 4,4 milhões de euros.

No período de 2002 a 2010, em termos patrimoniais, ocorreu a seguinte evolução: o activo evoluiu de 64,16 milhões de euros para 199,24 milhões de euros; o passivo de 14,56 milhões de euros para 79,42 milhões de euros, sendo deste valor cerca de 70% de subsídios para investimentos e os fundos próprios evoluíram de 49,60 milhões de euros para 119,82 milhões de euros.

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais aumentaram em 4%, o correspondente a 978 mil euros; os custos operacionais aumentaram cerca de 7,8% o equivalente a 182 mil euros; o resultado extraordinário é negativo (significativamente menor que no ano anterior), sendo positivos os resultados financeiros, os resultados operacionais e o resultado líquido que sobe de 669.171€ para 1.509.249€, cuja proposta de aplicação de

resultados é feita no sentido de reforçar as reservas legais em 75.462,43€ e para reforço do património em 1.433.786,22€.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção, tendo ocorrido globalmente um aumento de custo de 1,19% (81.757,27€), resultante do aumento de encargos com o sistema de saúde e da opção gestonária. O número global de trabalhadores é de 373, o número mais baixo dos últimos 16 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores), apesar de ter ocorrido abertura de novos serviços em diversas áreas.

Ao nível do absentismo, regista-se uma elevada taxa de absentismo (9,1%, ou seja 4997 dias de trabalho), em resultado de doença prolongada de 40 trabalhadores, o que representa cerca de 10% dos trabalhadores do município. O maior factor de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA), que após solicitadas demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2010 e que degrada imenso o sistema na administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de muita responsabilidade, cumprindo com os objectivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da actividade do município, garantindo legalidade plena na acção conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas, pelo que em nome da Câmara Municipal quero deixar o necessário agradecimento.

Também os prestadores de serviços e fornecedores, as empresas e as Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como outros níveis de administração política como a administração Central e em particular, as Juntas de Freguesia, connosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira e económica e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido e com alguma confiança encarar os desafios que sendo inúmeros são pouco previsíveis.

Após a apresentação o Sr. Presidente colocou o assunto à votação, tendo os Srs. Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina e José Leonel Branco Afonso, apresentado a seguinte declaração de voto:

1.^a - O relatório da Auditoria identifica, a pág. 7, o aumento do passivo em 19,3%, face a 31 de Dezembro de 2009. Regista, também, o decréscimo de empréstimos obtidos e refere que 8% do passivo é de curto prazo.

A que se deve este aumento?

2.^a - Relativamente ao endividamento Municipal o Relatório da Auditoria, a pág. 24, no que concerne a empréstimos de médio e longo prazo, refere o valor de 6 780 571,00 €, ao que acresce a responsabilidade por 1 058 522,00€ relativo ao MMB, EM. Na Página 70 do Documento da Prestação de Contas o valor inscrito cifra-se 9 264 899,34 €.

Qual é, efectivamente, o valor dos empréstimos a médio e longo prazo, contraídos pelo Município de Bragança?

Votamos favoravelmente a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

O documento de prestação de contas relativos ao ano de exercício de 2010, consubstancia a execução de um Orçamento que não mereceu a nossa aprovação, como fundamentamos em momento oportuno.

Sem por em causa as normas de execução e todo o enquadramento contabilístico de suporte, abstemo-nos.

Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores

Relativamente à 1.^a questão, o Sr. Presidente informou que o aumento advém substancialmente do acréscimo com Provisões para riscos e encargos, que representam 4,94% contra 4,72% em 2009 e dos Proveitos Diferidos, que apresentam à data de 31 de Dezembro de 2010 o saldo de 53 145 649,68 euros, referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes e que representam 26,67% dos fundos próprios e passivo e que em 2009 representava 18,64%.

Quanto à 2.^a questão o Sr. Presidente referiu que o valor de 6.780.571,22 euros, retrata o capital em dívida de médio e longo prazos, excluído dos montantes legalmente excepcionados. O total do endividamento de médio e longo prazos do Município é de 9.264.899,34 euros.

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e submeter a sua aprovação à Assembleia Municipal, nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações.

Mais foi deliberado, com cinco votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina e José Leonel Branco Afonso, aprovar o documento de prestação de contas relativo ao ano de exercício de 2010 e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PONTO 3 – AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Pela Divisão Financeira foi presente, para apreciação, o Relatório de Análise Económica – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2010, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido da alínea e) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e previamente distribuído aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

O Executivo Municipal apreciou os documentos, e, dando cumprimento ao disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.

PONTO 4 – PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2011

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

Pela Divisão Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Actividades Municipal para o ano de 2011.

As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Actividades Municipal (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na óptica da Receita, tem por base:

1. A anulação da previsão inicial de 675 000,00 euros afecta a empréstimos de médio e longo prazos em consequência da sua não aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções, ficando este município impossibilitado de proceder à sua contratualização;

2. O reforço em 1 233 600,00 euros das transferências de capital provenientes de comparticipação comunitária em projectos co-financiados pelo QREN. Este reforço assenta em três vectores: a) Segundo Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, datado do dia 2 de Fevereiro de 2011, que estabelece bonificar, para 85%, a taxa de co-financiamento das despesas executadas e apresentadas em 2011; b) Segundo o mesmo Memorando, criar no âmbito de cada POR, uma “Bolsa de mérito à execução” acessível aos Municípios de CIM’s com melhor capacidade de execução; e, c) libertação dos 5% finais dos Projectos;

3. Também e por imposição legal, foi incorporado o saldo da Gerência relativo ao ano de 2010 na presente revisão, no valor de 73 500,00 euros.

Na óptica da Despesa, tem por base:

1. A anulação da dotação inicial em 679 000,00 euros e afecta a projectos inscritos em PPI e em PAM e pelas razões aqui evocadas:

a. Anulação do montante de 45 000,00 euros afecto ao Projecto 1/2006 (PPI) - Aquisição de viaturas ligeiras, e que estaria destinado à aquisição de uma viatura eléctrica (*cf.* programa para a mobilidade eléctrica para a cidade de

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

Bragança assinado com o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento);

b. Anulação do montante de 100 000,00 euros afecto ao Projecto 1/2007 (PPI) - Renovação da frota STUB, e que estaria destinado à aquisição de dois veículos, um veículo com maior capacidade e para o qual será equacionada a sua compra em 2012;

c. Anulação do montante de 50 000,00 euros afecto ao Projecto 2/2010 (PPI) - Aquisição de giratória e mini pá carregadora. Entende-se, nesta fase, a necessidade de adiar para o exercício económico de 2012 a compra da mini pá carregadora destinada à conservação das vias por parte da equipa municipal de manutenção;

d. Anulação do montante de 19 000,00 euros afecto ao Projecto 1/2010 (PAM) - Apoio a melhoramentos nas instalações dos Bombeiros Voluntários do Concelho. O apoio aqui previsto e destinado à pavimentação do recinto da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Izeda será assegurado através de dotação inscrita noutra projecto;

e. Anulação do montante de 7 500,00 euros afecto ao Projecto 35/2010 (PPI) - Aquisição de equipamento ligeiro e pesado para protecção civil. A sua compra será equacionada para o ano de 2012;

f. Anulação do montante de 45 000,00 euros afecto ao Projecto 6/2007 (PAM) - Apoio à construção e conservação de equipamento de instituições e outras do interesse do Concelho. Embora haja uma redução na dotação inscrita, será ponderado um subsídio adicional a conceder à ASCUDT - Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes para Construção da sua Sede;

g. Anulação do montante de 20 000,00 euros afecto ao Projecto 9/2007 (PAM) - Apoio à construção de centros de dia e lares da terceira idade. A atribuição de subsídios para o fim objecto do presente projecto fica condicionado à dotação disponível;

h. Anulação do montante de 50 000,00 euros afecto ao Projecto 10/2007 (PAM) - Apoio à construção de centros sociais e paroquiais. A atribuição de subsídios para o fim objecto do presente projecto fica condicionado à dotação disponível;

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

i. Anulação do montante de 49 000,00 euros afecto ao Projecto 110/2002 (PPI) - Conclusão da bancada do estádio municipal e arranjos exteriores. A sua realização será adiada para o ano de 2012;

j. Anulação do montante de 20 000,00 euros afecto ao Projecto 21/2008 (PPI) - Aquisição e instalação de sistemas para melhoria de eficiência energética e energias renováveis em instalações municipais. A sua realização será adiada, preferencialmente, para o ano de 2012;

k. Anulação do montante de 90 000,00 euros afecto ao Projecto 6/2010 (PAM) - Apoio à incubadora Brigantia Ecopark. A sua concretização será adiada, verificando-se um deslizamento temporal na execução do mesmo;

l. Anulação do montante de 50 000,00 euros afecto ao Projecto 7/2010 (PAM) - Apoio à Brigantia Ecopark. A sua concretização será adiada, verificando-se um deslizamento temporal na execução do mesmo;

m. Anulação do montante de 25 000,00 euros afecto ao Projecto 149/2002 (PPI) - Sinalização da rede viária municipal - sinalização direccional e informativa. A sua realização será adiada para o ano de 2012;

n. Anulação do montante de 20 000,00 euros afecto ao Projecto 6/2007 (PPI) - Pavimentação a cubos de granito em várias aldeias. A sua realização será adiada para o ano de 2012;

o. Anulação do montante de 20 000,00 euros afecto ao Projecto 10/2010 (PAM) - Apoio na construção da ponte internacional da Petisqueira sobre o rio Maçãs. A sua realização será adiada, estando o início dos trabalhos, por parte da Diputación de Zamora, condicionados à obtenção de pareceres favoráveis relacionados com o impacto ambiental do projecto;

p. Anulação do montante de 64 500,00 euros afecto ao Projecto 10/2010 (PPI) - Construção do novo espaço para a feira. A realização será adiada, verificando-se um deslizamento temporal na sua execução;

q. Anulação do montante de 4 000,00 euros afecto ao Projecto 160/2002 (PPI) - Construção do Mercado de Gado, Touródromo e Campo de Jogos Tradicionais. A sua realização será concretizada através da inscrição de um novo projecto com a designação "*Construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones*".

2. O reforço da dotação inicial em 1 233 600,00 euros afecta a projectos inscritos em PPI e objecto de reforço de participação, obrigando a uma

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

maior execução física e financeira dos mesmos do que aquela que estava inicialmente prevista, são estes:

a. Reforço do montante de 408 600,00 euros afecto ao Projecto 2/2011 - Domus universitária - recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes;

b. Reforço do montante de 100 000,00 euros afecto ao Projecto 4/2010 - Construção da Escola de Dança;

c. Reforço do montante de 90 000,00 euros afecto ao Projecto 7/2010 - Reconstrução da Casa da Cidade - Sede de Associações em Santa Maria;

d. Reforço do montante de 200 000,00 euros afecto ao Projecto 1/2011 - Ecopolis - Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus - Centro de Referência em Construção Sustentável (edifícios municipais);

e. Reforço do montante de 200 000,00 euros afecto ao Projecto 19/2010 - Zona Industrial das Cantarias - Fase II;

f. Reforço do montante de 100 000,00 euros afecto ao Projecto 12/2010 - Execução de Redes e Infra-estruturas de Saneamento Básico nas seguintes aldeias: Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e outras;

g. Reforço do montante de 135 000,00 euros afecto ao Projecto 57/2002 - Arranjos nos Arruamentos da Cidade.

3. A inscrição de novos projectos em PPI e em PAM, nomeadamente:

a. A criação no PAM do projecto com a designação "*Apoio à construção de pontos de água na área rural - Deilão, Calvelhe e outros*" com a dotação, para o presente ano económico, de 3 000,00 euros;

b. A criação no PPI do projecto com a designação "*Construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones*" com a dotação, para o presente ano económico, de 1 000,00 euros.

4. O reforço da dotação inicial da rubrica 01.03.01 - Encargos com a saúde, em 73 500,00 euros, pelo facto de e conforme disposto no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 29-A/2011, publicado em Diário da República no dia 1 de Março de 2011, que estabelece as disposições necessárias à execução do OE para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro) as transferências para o Serviço Nacional de Saúde ascenderem ao montante global de 218 041,00 euros.

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2011, teve um aumento de 632 100,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 38 210 300,00 euros. O PPI teve um acréscimo de 1 111 000,00 euros, passando a dotação global a ser de 11 841 500,00 euros. O PAM teve um decréscimo de 290 400,00 euros, passando a dotação global a ser de 2 017 000,00 euros.

Depois do Sr. Presidente ter feito uma apresentação dos documentos, colocou o assunto à votação, tendo os Srs. Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina e José Leonel Branco Afonso, apresentado a seguinte declaração de voto:

“A presente proposta fundamenta-se em dois pontos:

Anulação da previsão de 679 000,00 € afecta a um empréstimo de médio e longo prazo, reprovado na Assembleia Municipal, com reflexos directos em anulações nas dotações iniciais afectas a diversos projectos cruciais, inscritos no PPI e no PAM;

Reforço de 1 233 600,00 € oriundo de participações comunitárias, no âmbito do QREN.

Consideramos que os pressupostos que enformam o Orçamento Municipal em vigor mantêm-se e não foram alterados.

Reiteramos os argumentos expressos na reunião do Executivo Municipal de 22 de Novembro de 2010, que damos por, integralmente, reproduzidos.

Votamos contra.”

Após análise e discussão, foi deliberado com cinco votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e dois votos contra dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina e José Leonel Branco Afonso, aprovar a proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais, para o ano de 2011,

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5.A/2002, de 11 de Janeiro, ficando um

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04/04/2011

exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Lida a presente Acta, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs. 2 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela n.º Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que vai ser assinada pelo Exmo. Presidente, António Jorge Nunes e pela Directora de Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

E não havendo mais assuntos a tratar, quando eram 19:30 horas, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos.
